



2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, às dez horas e vinte minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, sito no Setor de Administração Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e quatro, Brasília, Distrito Federal, a presidente do Conselho Federal de Psicologia, Mariza Monteiro Borges, iniciou a Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças - APAF, dando boas vindas e pedindo a todas as delegações que se apresentassem. Em seguida, passou à composição da mesa diretora da APAF, a saber: Alexandre Trzan Ávila (CRP 05), Bruno Jardini Mader (CRP 08) e Maria da Graça Corrêa Jacques (CFP). Felipe Viegas Tameirão (CRP 04), Anderson Laurindo da Silva Comin (CRP 07) e Mariza Monteiro Borges (CFP) irão compor a mesa no dia quatorze de dezembro de dois mil e quatorze. Em seguida, foi aberta discussão para decisão da ordem dos pontos de pauta da reunião. Vários delegados destacaram os pontos prioritários. Ficou acordado que a equipe técnica elencaria os pontos conforme o número de indicações de prioridades. Enquanto essa atividade era executada, discutiu-se o ponto que segue. **1. Aprovação das Atas da APAF de Maio de 2014.** Participaram do ponto. CFP: Rogério de Oliveira Silva, Maria da Graça Jacques e Sergio Luís Braghini; CRP 01: Sueli Francisca Vieira e Cynthia Rejanne Corrêa Araújo Ciarallo; CRP 02: José Hermes Azevedo Júnior e Murilo Toledo Calafange; CRP 03: Clarissa Paranhos Guedes e Verena Souza Souto; CRP 04: Ricardo Figueiredo Moretzsohn, Roberto Chateaubriand Domingues e Marília de Oliveira; CRP 05: José Novaes, Alexandre Trzan Ávila e Rodrigo Acioli Moura; CRP 06: Elisa Zaneratto Rosa, Regiane Aparecida Piva e Adriana Eiko Matsumoto; CRP 07: Alexandra Maria Campelo Ximendes, Anderson Laurindo da Silva Comin e Alessandra Xavier Miron; CRP 08: Cleia Oliveira Cunha, Bruno Jardini Mader e Ana Ligia Bragueto Costa; CRP 09: Wadson Arantes Gama e Gerley Lopes Cardoso; CRP 10: Jureuda Duarte Guerra e Luiz Romano da Motta Araújo Neto; CRP 11: Elton Alves Gurgel e Mayra Lobato Pequeno; CRP 12: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues e Fabricio Antônio Raupp; CRP 13: Ana Sandra Fernandes e Helga Cristine Maciel Hoffmann; CRP 14: Fernando Faleiros de Oliveira e Irma Macário; CRP 15: Laeuzia Lúcia da Silva Farias e Janaína Diniz Guedes; CRP 16: Andrea dos Santos Nascimento e Cleilson Teobaldo dos Reis; CRP 17: Rodrigo Costa de Oliveira; CRP 18: Alcindo José Rosa; CRP 19: não participou do ponto; CRP 20: Gibson Alves dos Santos e Magaly Silva de Oliveira; CRP 21: Eduardo Jasson Loureiro Muniz Moita; CRP 22: Nelma Pereira da Silva; CRP 23: Tássio de Oliveira Soares. O CRP 19 não esteve presente. Maria da Graça Corrêa Jacques apresentou o ponto e a ata foi projetada para que os delegados indicassem seus reparos conforme a exposição das páginas. As correções solicitadas foram incorporadas e a ata foi aprovada por unanimidade. Ao final do ponto, voltou-se a discussão sobre a ordem da pauta. Decidiu-se fazer uma votação, ponto por ponto, para que todos os delegados manifestassem suas prioridades por temas. A ordem da pauta foi aprovada, como segue, de acordo com os pontos mais votados em termos de prioridades. **2. Pontos Financeiros.** Participaram do ponto: CFP: Rogério de Oliveira Silva, Maria da Graça Jacques e Sergio Luis Braghini; CRP 01: Sueli Francisca Vieira e Cynthia Rejanne Corrêa Araújo Ciarallo; CRP 02: José Hermes Azevedo Júnior e Murilo Toledo Calafange; CRP 03: Clarissa Paranhos Guedes e Rogério Da Silva Abílio; CRP 04: Ricardo Figueiredo Moretzsohn, Roberto Chateaubriand Domingues e Marília de Oliveira; CRP 05: José Novaes, Alexandre Trzan Ávila e Rodrigo Acioli Moura; CRP 06: Elisa Zaneratto Rosa, Regiane Aparecida Piva e Adriana Eiko Matsumoto; CRP 07: Alexandra Maria Campelo Ximendes, Anderson Laurindo da Silva Comin e Alessandra Xavier Miron; CRP 08: Cleia Oliveira Cunha, Bruno Jardini Mader e Ana Ligia Bragueto Costa; CRP 09: Wadson Arantes Gama e Gerley Lopes Cardoso; CRP

Amal Ama  
[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials on the left margin]



Conselho  
Federal de  
Psicologia

50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99

10: Jureuda Duarte Guerra e Luiz Romano da Motta Araújo Neto; CRP 11: Elton Alves Gurgel e Mayra Lobato Pequeno; CRP 12: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues e Fabricio Antônio Raupp; CRP 13: Ana Sandra Fernandes e Helga Cristine Maciel Hofmann; CRP 14: Fernando Faleiros de Oliveira e Irma Macário; CRP 15: José Félix Vilanova Barros e Laeuza Lúcia da Silva Farias; CRP 16: Andrea dos Santos Nascimento e Cleilson Teobaldo dos Reis; CRP 17: Danielle Cristine Araújo De Andrade; CRP 18: Marisa Helena Alves; CRP 19: Alberto De Jesus Orge Rocha; CRP 20: Gibson Alves dos Santos e Magaly Silva de Oliveira; CRP 21: Valéria Macêdo; CRP 22: Moara De Oliveira Gamba; CRP 23: Eduardo Fagner Machado De Pinho. Sergio Luis Braghini apresentou os pontos que a Reunião entre Tesoureiros, realizada no dia doze de dezembro de dois mil e quatorze, encaminhou para discussão na APAF. Após os esclarecimentos decidiu-se discutir os seguintes pontos financeiros. **2.1. Pesquisa Nacional sobre empregabilidade que possa auxiliar na política de redução de inadimplência.** Alexandre Trzan Ávila apresentou proposta para a realização de pesquisa nacional referente à empregabilidade das(os) psicólogas(os). As inscrições foram abertas e vários delegados concordaram com a importância da pesquisa para o Sistema Conselhos de Psicologia mapear e compreender a realidade da categoria, diminuir a inadimplência e definir novas políticas de arrecadação. Elisa Zaneratto Rosa destacou a necessidade de delinear os objetivos, critérios e abrangência da pesquisa com vistas a identificar, por exemplo, a área de atuação dos profissionais comparada com faixa etária, gênero, entre outros. Explanou também sobre a necessidade de todos os Conselhos Regionais de Psicologia - CRPs aprimorarem os cálculos de inadimplência. Outros delegados defenderam a inclusão da Federação Nacional dos Psicólogos - Fenapsi e o diálogo com o GT Relações Raciais que também está conduzindo uma pesquisa com alguns itens semelhantes. Rogério de Oliveira Silva acrescentou sobre a necessidade de o Sistema Conselhos de Psicologia conhecer também quais são as expectativas da categoria em relação aos Conselhos e verificar se as(os) psicólogas(os) reconhece e participa das Entidades de Psicologia, bem como das políticas e representações dos Conselhos. Ao final, foram definidos os seguintes encaminhamentos: ampliar a pesquisa de forma a fazer um mapeamento da categoria, abrangendo as áreas de trabalho que as(os) psicólogas(os) atuam, o número de psicólogas(os) recém-formadas(os), entre outros; antes de publicar o edital da pesquisa, dialogar com o GT Relações Raciais que também pretende realizar uma pesquisa semelhante para tentar atender as duas necessidades no mesmo edital; disponibilizar o mapa das inadimplências para todos; qualificar os processos de previsão e acompanhamento das inadimplências do Sistema Conselhos de Psicologia, por meio do GT Assuntos Financeiros; além da questão da inadimplência, averiguar também a questão da participação da categoria nas políticas do Sistema Conselhos de Psicologia; convidar a FENAPSI para contribuir com a pesquisa; e, tratar os pontos financeiros também na Reunião entre Presidentes. **2.2. Regulamentação da participação dos CRPs nos GTs da APAF.** Sergio Braghini apresentou o ponto abrangendo a necessidade de definir regulamentação sobre o financiamento dos Grupos de Trabalho - GT's, conforme consenso na Reunião entre Tesoureiros. A indicação é adotar a deliberação do VII CNP (página dezenove) que autoriza o financiamento dessas ações, conforme os critérios de financiamento das delegações dos CRPs nas APAFs. Nesse caso, a conta divulgação financeira cem por cento da representação dos Regionais que possuem até 3.000 psicólogos em sua base; a conta divulgação financeira cinquenta por cento da representação dos Regionais que possuem entre 3.001 e 10.000 psicólogos em sua base; e, os Conselhos Regionais que possuem acima de 10.001 psicólogos financiariam suas despesas. Vários delegados inscritos reafirmaram a importância de garantir o financiamento integral do representante dos CRPs nos Grupos de Trabalho, inclusive ampliando para as políticas

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

102  
103  
104  
105  
106  
107  
108  
109  
110  
111  
112  
113  
114  
115  
116  
117  
118  
119  
120  
121  
122  
123  
124  
125  
126  
127  
128  
129  
130  
131  
132  
133  
134  
135  
136  
137  
138  
139  
140  
141  
142  
143  
144  
145  
146  
147  
148  
149

nacionais, e lembraram que houve Grupos de Trabalho que ficaram esvaziados porque alguns CRPs não puderam custear sua participação em reuniões presenciais. Outros delegados defenderam, entretanto, que as representações dos GTs da APAF devem ser financiadas pelo Conselho Federal de Psicologia, assim como ocorre com a APAF, já que são ações nacionais. Ainda, houve uma proposta para que os custos das representações dos GTs sejam financiados integralmente pela conta divulgação. Às treze horas e vinte minutos foi feita a pausa para o almoço e às quinze horas foi retomada a Assembleia. Deu-se continuidade ao ponto de pauta com intenso debate sobre qual o orçamento que poderá custear as reuniões presenciais dos GTs propostos pela APAF (orçamento divulgação ou orçamento do CFP). Elisa Zaneratto Rosa esclareceu que a conta divulgação é destinada prioritariamente para produção de materiais de divulgação de referências nacionais para a categoria e não para custear uma política nacional. Sergio Luiz Braghini completou lembrando que a conta divulgação também não deve ser utilizada para empréstimos e financiamentos de sedes. Também, foi amplamente discutida a autonomia administrativa e financeira do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais de Psicologia, bem como, o respeito aos limites orçamentários. Alguns delegados argumentaram que compete a APAF propor diretrizes ao Conselho Federal de Psicologia e que não se pode confundir autonomia com independência. Rogério de Oliveira Silva também elucidou que não é possível aprovar ordenamentos orçamentários que são impraticáveis juridicamente. Ainda nesse debate, Elisa Zaneratto Rosa destacou que os GTs devem realizar reuniões presenciais quando outras formas de trabalho estiverem esgotadas, evitando excessos. Aberta a votação foi aprovada, com trinta e quatro votos favoráveis, a proposta de que o CFP deve custear, no mesmo formato de custeio da APAF, as reuniões presenciais de GTs da APAF sendo: custear toda a despesa dos CRPs que têm até 3.000 psicólogas(os), custear cinquenta por cento da participação dos CRPs que têm até 10.000 psicólogas(os) e, os CRPs que possuem mais de 10.000 psicólogas(os) financiam suas despesas nessas reuniões, financiado pelo orçamento do CFP.

**2.3. Seminário de treinamento de contadores e tesoureiros.** Sergio Luiz Braghini informou que a reunião entre tesoureiros propôs a realização de um Seminário Nacional de Contadores e Tesoureiros com o objetivo de realizar um treinamento sobre a prestação de contas do Sistema Conselhos de Psicologia para o Tribunal de Contas da União - TCU, conforme aprovado na APAF de dezembro de dois mil e treze. Sergio Luiz Braghini informou que não foi possível realizar esse evento em dois mil e quatorze porque não havia dotação orçamentária e também porque o TCU estava construindo suas diretrizes. Ressalta, contudo, que o treinamento é importante para alinhar as prestações de contas e acabar com divergências. O ponto teve aceitação unânime. Assim, ficou aprovada a realização do treinamento de contadores e tesoureiros nos dias doze, treze e quatorze de março de dois mil e quinze, no auditório do Tribunal de Contas da União. Nesse momento, diversos delegados solicitaram a reordenação dos pontos financeiros: ao invés de discutir o ponto "Criação de um Fundo para Implantação e Implementação dos CRPS Novos", discutir o ponto "Proposta Orçamentária do CFP e Prestação de Contas de 2013". Em regime de votação, a inversão dos pontos foi aprovada por maioria dos votos.

**2.4. Prestação de Contas do CFP referente ao Exercício de 2013.** Sergio Luiz Braghini e a equipe técnica do CFP apresentaram o ponto explicando que, segundo o TCU, a prestação de contas é um instrumento legal que garante a sociedade que a administração pública atue em estreita observância aos princípios constitucionais. Para tanto, em 2014 foi licitada e contratada uma empresa de auditoria independente e externa para analisar todas as contas dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal. Após alguns quesitos, levantados pela empresa auditora, serem esclarecidos pelo CFP, foi emitido um relatório que concluiu que as contas estavam "adversas" (termo empregado pela



Conselho  
Federal de  
Psicologia

152  
153  
154  
155  
156  
157  
158  
159  
160  
161  
162  
163  
164  
165  
166  
167  
168  
169  
170  
171  
172  
173  
174  
175  
176  
177  
178  
179  
180  
181  
182  
183  
184  
185  
186  
187  
188  
189  
190  
191  
192  
193  
194  
195  
196  
197  
198  
199

Auditoria) pelos seguintes motivos, conforme leitura do tesoureiro do CFP sobre o resultado da Auditoria que consta no relatório emitido: arrecadação do CFP no ano de 2013 foi de vinte e um milhões, setecentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e dezesseite reais e quarenta e cinco centavos (R\$21.765.517,45), contudo, as despesas somaram vinte e três milhões, cento e setenta e cinco mil e dois reais e cinquenta centavos (R\$23.175.002,50); o resultado patrimonial representou um déficit de três milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos e vinte e nove reais e oitenta centavos (R\$3.755.829,80); o CFP apresentou um passivo na ordem de dois milhões e cento e trinta e quatro mil reais (R\$2.134.000,00); encerrou o ano com seiscentos e oito mil e duzentos e noventa reais (R\$608.209,00); assinou um termo aditivo a um contrato já existente no valor de noventa e cinco por cento em relação ao contrato principal, sendo que o máximo permitido pela lei é vinte e cinco por cento; realizou um pagamento no valor de quinze mil e cento e vinte reais (R\$15.120,00) sem o devido processo licitatório e contrato; restos a pagar do exercício de 2012 no valor de novecentos e um mil e cento e noventa e cinco reais (R\$901.195,00); e, não registrou um passivo trabalhista na ordem de mais de um milhão de reais (R\$ 1.000.000,00) que, se fosse contabilizado, alteraria o resultado patrimonial negativamente. A Auditoria apontou que um resultado deste pode até comprometer a continuidade da autarquia. Por fim, Sergio Braghini informou que os relatórios da Auditoria foram apreciados pela Plenária do CFP, conforme ordena o Regimento Interno, e também foram considerados "adversos". Abertas as inscrições, alguns delegados consideraram ser mais prudente aguardar o posicionamento do Tribunal de Contas da União para, posteriormente, a APAF avaliar a prestação de contas do CFP de dois mil e treze. Outros delegados defenderam que os problemas apontados pela Auditoria devem ser apurados com transparência. Foram esclarecidas pela equipe técnica do CFP, os trâmites já dados até o momento sobre esse tema: a prestação de contas do CFP e dos CRPs foi enviada para o Tribunal de Contas da União, contudo, ficaram pendentes os relatórios da Auditoria que serão enviados assim que possível, para o TCU e para os órgãos competentes. Além disso, as questões apontadas também foram enviadas ao Ministério Público da União para que seja investigado se houve violação à Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse momento, Gilson de Souza Oliveira, gerente administrativo-financeiro do CFP, destacou que ao final do exercício de 2013, alertou a então gestão sobre a necessidade de fazer contenção de gastos para evitar entrar em contingência, inclusive, encaminhando parecer formal à diretoria. Instalou-se intenso debate no qual alguns delegados defenderam a possibilidade de adiar o ponto para a APAF de maio de 2015, para terem tempo hábil para fazerem uma análise mais profunda dos relatórios, contudo, outros delegados argumentaram que todas as informações estão disponíveis, bem como, os contadores do CFP estão presentes para prestar os esclarecimentos necessários. Mais esclarecimentos foram dados acerca da dotação orçamentária do exercício de dois mil e treze, à época, no valor de vinte e três milhões, quinhentos e vinte e nove mil e seiscentos e trinta reais e quarenta e sete centavos (R\$23.529.630,47). Diante disso, alguns delegados perceberam que a receita arrecadada foi inferior à prevista, como já havia sido divulgado na APAF anterior; e, entenderam que não há problemas aparentes em relação à prestação de conta, uma vez que o caixa teve um saldo no final do ano e que, apesar de haver despesas empenhadas para o exercício seguinte, também havia anuidade para entrar. Por isso, foi sugerido aprovar a prestação de contas com ressalvas identificadas no relatório de auditoria que deve ser submetido à análise do TCU. Em contrapartida, houve manifestações informando que a Lei Complementar número cento e um de quatro de maio de dois mil no artigo quarenta e dois diz "é vedado ao titular de Poder ou órgão referido no artigo vinte, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

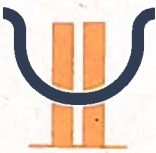
*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*



Conselho  
Federal de  
Psicologia

202  
203  
204  
205  
206  
207  
208  
209  
210  
211  
212  
213  
214  
215  
216  
217  
218  
219  
220  
221  
222  
223  
224  
225  
226  
227  
228  
229  
230  
231  
232  
233  
234  
235  
236  
237  
238  
239  
240  
241  
242  
243  
244  
245  
246  
247  
248  
249

cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. Parágrafo único: Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício". Indagou-se, portanto, se as despesas empenhadas eram do último quadrimestre do exercício. Esclareceu-se que muitas despesas foram contraídas nos meses de agosto, setembro, outubro, contudo, não necessariamente todas as despesas. Em regime de votação, as contas do CFP referente ao exercício de 2013 foram aprovadas com ressalvas, com dezesseis votos favoráveis, doze votos contrários e nove abstenções. Ao final, foi consenso, que o relatório deve ser encaminhado a todas as instâncias necessárias para os dados serem averiguados. **2.5. Proposta de orçamento de 2015.** Sergio Luiz Braghini apresentou o ponto explicando que o orçamento do Conselho Federal de Psicologia é o instrumento de gestão que apresenta com detalhamento a dotação orçamentária para os projetos organizados para execução no decorrer do ano de dois mil e quinze. Lembrou que o fluxo de recursos da entidade é disciplinado pela Lei Federal nº 5.766/1971 e pela Resolução CFP nº 05/1998, que estabelecem as regras de arrecadação e compartilhamento das receitas no exercício entre os Conselhos Regionais de Psicologia e o Conselho Federal de Psicologia. Ainda, esclareceu que o montante e a aplicação dos recursos destinados a compor a peça orçamentária foram determinados a partir dos orçamentos dos Conselhos Regionais, aprovados em 22 de novembro de 2014, pelo CFP e que as receitas do CFP compreendem vinte e cinco por cento da receita corrente líquida dos Conselhos Regionais de Psicologia. Assim, para o exercício de 2015, tiveram um acréscimo de 8,22% impulsionadas pelo reajuste autorizado pela APAF e pelas decisões das Assembleias Orçamentárias Regionais. E, estão distribuídas conforme: receitas das contribuições que compreendem a Cota Parte; Cota Divulgação e o Fundo de Manutenção de Bases Estaduais; receitas patrimoniais que compreendem os rendimentos das aplicações financeiras dos recursos do CFP; e, receitas de serviços que compreendem valores diversos recebidos a título de fornecimento de cédulas de identidade profissional, recuperações de despesas e outros, somando vinte e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil e novecentos e sessenta e sete reais e noventa e sete centavos (R\$24.859.967,97). Para o exercício de 2015 não há previsão para receitas de capital. Quanto às despesas, Sergio Luiz Braghini elucidou que a metodologia aplicada para a fixação das despesas partiu dos saldos acumulados das rubricas contábeis até o mês de outubro de 2014, acrescentadas as respectivas projeções de gastos até o mês de dezembro de 2014. Somam-se a isso as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico, a partir do estudo de suas variáveis internas e externas e informações qualitativas e quantitativas, alcançando-se, assim, os valores das dotações para o exercício de 2015. Logo, as despesas do Conselho Federal estão assim distribuídas: ações administrativas e funcionais; ações de Gestão do XVI Plenário; ajuda financeira aos Regionais; conta divulgação; Fundo de Manutenção de Seção; e fundo para devolução de anuidades, totalizando vinte e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil e novecentos e sessenta e sete reais e noventa e sete centavos. Abertas as inscrições, houve intenso debate sobre a suficiência do valor de cem mil reais para ajuda aos Conselhos Regionais. Sergio Luiz Braghini informou que historicamente o valor para ajuda aos CRPs foi de cem mil reais. Ponderou que esse valor deve ser utilizado para implantar e implementar os CRPs contribuindo no crescimento do Sistema Conselhos, por isso, sugeriu que sejam criados critérios para esses empréstimos. Nesse momento, Elisa Zaneratto Rosa propôs que o CFP acompanhe a situação dos CRPs para identificar àqueles que precisam de orientações ou um projeto de acompanhamento para a gestão administrativa e financeira. Sergio Luiz Braghini argumentou, contudo, que também é necessário aprimorar a comunicação no Sistema Conselhos de Psicologia,

Final 10/12

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'F', 'M', 'A', 'S', 'J', 'L', 'P', 'R', 'C', 'D', 'E', 'F', 'G', 'H', 'I', 'J', 'K', 'L', 'M', 'N', 'O', 'P', 'Q', 'R', 'S', 'T', 'U', 'V', 'W', 'X', 'Y', 'Z']*

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'M', 'B', 'A', 'S', 'J', 'L', 'P', 'R', 'C', 'D', 'E', 'F', 'G', 'H', 'I', 'J', 'K', 'L', 'M', 'N', 'O', 'P', 'Q', 'R', 'S', 'T', 'U', 'V', 'W', 'X', 'Y', 'Z']*



Conselho  
Federal de  
Psicologia

252  
253  
254  
255  
256  
257  
258  
259  
260  
261  
262  
263  
264  
265  
266  
267  
268  
269  
270  
271  
272  
273  
274  
275  
276  
277  
278  
279  
280  
281  
282  
283  
284  
285  
286  
287  
288  
289  
290  
291  
292  
293  
294  
295  
296  
297  
298  
299

pois, esse acompanhamento é realizado a partir das informações enviadas pelos CRPs ao CFP. Ainda sobre esse assunto, foi lida a relação dos empréstimos dados aos CRPs, pelo CFP, bem como o andamento dos pagamentos realizados. Outros delegados também manifestaram preocupação com o aumento na folha de pagamento de funcionários, sendo que esta gestão tem discursado sobre racionalização, cortes de gastos e transparência. Esclareceu-se que o compromisso com a transparência e com a austeridade com rigor nas decisões financeiras é um dos pilares da condução administrativa do XVI Plenário do CFP e que já nos primeiros meses do ano de 2014 foram desenvolvidas ações com vistas ao corte de desperdícios. Contudo, está sendo feita uma modificação no portal da transparência para adequação a Lei de Acesso à Informação, inclusive, porque também há muitos Conselhos Regionais que não estão atendendo a exigência da legislação. Além disso, havia um Plano de Cargos, Carreiras e Salários que estava sendo construído por uma assessoria externa, sem ouvir os funcionários. Para evitar multas, esse documento foi retomado e negociado com o sindicato da categoria e a participação efetiva de todos os funcionários, empregando um investimento no corpo funcional da casa, na qualificação e na formação. Ao final também foi destacado o alto valor gasto com condomínio, o que é inevitável, uma vez que é o valor cobrado pela administração do edifício em que o CFP comprou suas salas. Dados os esclarecimentos, o orçamento do CFP foi posto em votação e aprovado com trinta e cinco votos favoráveis e seis abstenções. **2.6. Fundo para a criação e a implementação dos novos Conselhos.** Foi apresentada a proposta de criar um fundo para implementação dos Conselhos Regionais de Psicologia, visando o pleno funcionamento de todos os CRPs, desde as funções básicas de orientar, fiscalizar e disciplinar até as ações políticas. Vários delegados se manifestaram a favor da criação do fundo, defendendo que é preciso fortalecer os CRPs menores garantindo mais equidade entre os Conselhos e a saúde financeira do sistema. Ao final, ficou estabelecido que o GT Assuntos Financeiros deverá estudar modos de viabilizar a implementação das políticas do Sistema Conselhos nos novos CRPs. O Grupo foi recomposto com a substituição do CRP-19 pelo CRP-20 e a inclusão do CRP -22 e o CRP-23. **2.7. Discussão da Resolução sobre isenção das anuidades.** Nesse ponto, foi defendida a proposta de reeditar a Resolução CFP nº 003/2014 a fim de possibilitar a continuidade de recuperação de crédito e redução de inadimplência. Vários delegados pronunciaram posicionamento favorável à prorrogação da resolução devido aos resultados positivos nas conciliações e arrecadação de valores. Outros delegados lembraram que é importante não negociar o valor principal em respeito à lei, mas apenas os juros e encargos. Nesse sentido, Guilherme Vilela Alves dos Santos, assessor jurídico do CFP, ressaltou que o ideal seria regulamentar os descontos de tributos e recuperações de crédito por meio de lei. Contudo, também há sustentação jurídica para reeditar a resolução, desde que não negocie o valor principal da dívida. Nesse momento, Sergio Luiz Braghini reiterou pedido aos Conselhos Regionais para que enviem ao GT de Assuntos Financeiros as análises das assessorias jurídicas acerca das implicações legais e jurídicas desta resolução. Em seguida, Cynthia Rejanne Corrêa Araújo Ciarallo propôs que a resolução seja reeditada sem alterações, pois, há outras interpretações jurídicas sobre o tema que garantem a legalidade do documento. Sergio Luiz Braghini, declarou voto contrário a negociação do valor principal e defendeu construir uma resolução que permita fazer conciliações em conformidade com a lei. Em regime de votação, foi aprovada com vinte e oito votos favoráveis e sete contrários, a reedição da resolução de forma que impossibilite abrir mão do valor principal, a partir do dia 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015. Ademais, também foi definido fazer um estudo para aprimorar a Resolução CFP nº 3/14 que renova a Resolução CFP nº 14/12. **3. Pedido de anuência para compra e/ou venda da sede do CRP 14; pedido de anuência para aquisição de imóvel**

*Amal Rima*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



Conselho Federal de Psicologia

302  
303  
304  
305  
306  
307  
308  
309  
310  
311  
312  
313  
314  
315  
316  
317  
318  
319  
320  
321  
322  
323  
324  
325  
326  
327  
328

para sede própria do CRP 17; anuência da APAF para alienação de imóveis CRP-01; Pedido de anuência para compra e/ou venda de imóvel para sede própria do CRP 20. Participaram do ponto: CFP: Rogério de Oliveira Silva, Maria da Graça Jacques e Sergio Luis Braghini; CRP 01: Cynthia Rejanne Corrêa Araújo Ciarallo e Sueli Francisca Vieira; CRP 02: Murilo Toledo Calafange; CRP 03: Rogério Da Silva Abílio e Emmila Di Paula Carvalho dos Santos; CRP 04: Ricardo Figueiredo Moretzsohne e Marília de Oliveira; CRP 05: José Novaes, Alexandre Trzan Ávila e Rodrigo Acioli Moura; CRP 06: Elisa Zaneratto Rosa e Aristeu Bertelli Da Silva; CRP 07: Anderson Laurindo da Silva Comin, Renata Kroeff e Simone Bampi; CRP 08: Ana Ligia Braguetto Costa, Andre Luiz Vendel e Bruno Jardini Mader; CRP 09: Wadson Arantes Gama e José Henrique Lopes da Silva; CRP 10: Jureuda Duarte Guerra e Luiz Romano da Motta Araújo Neto; CRP 11: Elton Alves Gurgel e Mayra Lobato Pequeno; CRP 12: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues e Fabricio Antônio Raupp; CRP 13: Ana Sandra Fernandes e Helga Cristine Maciel Hofmann; CRP 14: Irma Macário e Sueli Martins Viçoso do Amaral; CRP 15: Laeuza Lúcia da Silva Farias e Janaína Diniz Guedes; CRP 16: Andrea dos Santos Nascimento e Cleilson Teobaldo dos Reis; CRP 17: Bruno Carvalho Pereira; CRP 18: Marisa Helena Alves; CRP 19: Alberto De Jesus Orge Rocha; CRP 20: Gibson Alves dos Santos e Magaly Silva de Oliveira; CRP 21: Valéria Macêdo; CRP 22: Nelma Pereira da Silva; CRP 23: Tássio de Oliveira Soares. Sergio Luiz Braghini propôs que os pedidos de anuência para compra e/ou venda de imóvel do CRP-01, CRP-14, CRP-17 e CRP-20 sejam votados em bloco, haja vista que o Conselho Federal de Psicologia já enviou todas as orientações jurídicas e procedimentos necessários. Além disso, as equipes técnicas dos Conselhos Regionais já estão providenciando todas as formalidades para cumprir as exigências da lei. Todos os delegados concordaram com a proposta e os pedidos de alienação, compra e/ou venda de imóvel foram aprovados por unanimidade. Encerrado o ponto, a reunião foi interrompida às vinte horas e quarenta minutos. Eu, Maria da Graça Corrêa Jacques, revisei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

~~Luiz do pass corde Jacques~~ ~~Luiz Roberto Braga~~

Sueli Viçoso

Fabricio Raupp

Jaira Terezinha

Clarina P. Guedes

20/04/2011